

OFÍCIO GP nº 2.259/2017

Caruaru, 12 de dezembro de 2017.

Excelentíssimo Senhor
Luiz Ferreira Torres Filho
Presidente da Câmara Municipal de Caruaru - PE

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei

Venho à presença de Vossa Excelência e dos Dignos Vereadores que compõem essa Egrégia Câmara Municipal, apresentar o Projeto de Lei em anexo que “*Cria o Fundo Municipal de Cultura e dá outras providências.*”

Para melhor análise da proposta, encaminho a justificativa necessária a sua apresentação, bem como solicito que a presente proposta de Lei seja apreciada, discutida e ao final aprovada pelos Ilustres Vereadores, em caráter de urgência.

Atenciosamente,



RAQUEL LYRA
Prefeita

MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 035/2017

Excelentíssimos:
Senhor Presidente,
Senhores Vereadores

Submeto à apreciação dessa Casa Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, por via de convocação ordinária, em **regime de urgência**, com fundamento no art. 40 da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 134 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Caruaru, o incluso Projeto de Lei que *Cria o Fundo Municipal de Cultura e dá outras providências*.

O Fundo Municipal de Cultura é um dos instrumentos que o Sistema Municipal de Cultura precisa ter para que o município seja integrado ao Sistema Nacional de Cultura, traduzindo-se em um importante mecanismo de financiamento a projetos culturais do município que visa fomentar, estimular e potencializar a produção cultural, formação e qualificação de artistas e gestores culturais, além de permitir a aplicação de recursos em projetos estratégicos que supram carências e fomentem potencialidades culturais locais.

Nesse sentido a presente proposta demonstra a importância que o Poder Executivo Municipal aborda o tema, estabelecendo uma forma democrática e transparente de ações de governo na gestão e desenvolvimento da cultura local.

Fica dispensada a apresentação de estimativa de impacto orçamentário, em virtude da despesa alusiva a criação do Fundo Municipal de Cultura já encontrar-se inserida no orçamento municipal

Por essas razões, e por se tratar de matéria de grande relevo social, submetemos o presente Projeto de Lei para apreciação dos senhores Vereadores com a certeza de que Vossas Senhorias terão condições de analisar a importância desta iniciativa.

RAQUEL LYRA
Prefeita

PROJETO DE LEI Nº _____/2017

Cria o Fundo Municipal de Cultura e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CARUARU, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação do Poder Legislativo o seguinte

PROJETO DE LEI:

Art.1º Fica criado o Fundo Municipal de Cultura – FMC, de natureza contábil especial, que funciona sob a forma de apoio a fundo perdido, sem personalidade jurídica e com prazo de vigência indeterminado, vinculado à Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru – FCTC, com a finalidade de prestar apoio financeiro a projetos que visem a fomentar e estimular a atividade artística e cultural do Município de Caruaru/PE.

§ 1º O Fundo Municipal de Cultura é um mecanismo de financiamento público não-reembolsável integrante do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC, de que trata a Lei 5.406, de 16 de janeiro de 2014.

§ 2º Os recursos financeiros do FMC serão depositados em conta específica, e administrados pela Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru, sob fiscalização do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC.

Art.2º Constituem receitas do Fundo Municipal de Cultura:

- I – As dotações orçamentárias e seus créditos adicionais;
- II – As subvenções, auxílios, transferências, doações e contribuições oriundas de instituições públicas e/ou privadas; nacionais ou estrangeiras; e outras contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;
- III – Os rendimentos oriundos da aplicação financeira de seus recursos;
- IV – O resultado de convênios, contratos e acordos firmados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- V – quaisquer outros recursos, créditos, rendas adicionais e extraordinárias e outras contribuições financeiras legalmente incorporáveis;
- VI – Os saldos de exercícios anteriores;
- VII – Produto da arrecadação das multas do proponente do FMC que não realizar efetivamente o seu projeto cultural;
- VIII – Valores provenientes da devolução de recursos relativos a projetos que apresentem saldos remanescentes, ainda que oriundos de aplicações financeiras;
- IX – O produto de convênios celebrados com a União ou com outros Entes Federados, hipótese em que poderão ser utilizadas partes dos recursos do FMC para a cobertura de contrapartidas exigidas;
- X – Recursos provenientes de transferências previstos nos Fundos Nacional e Estadual de Cultura;
- XI – Contribuições de mantenedores, e
- XII – Outras receitas que lhes venham a ser legalmente destinadas.

§ 1º A dotação orçamentária de que trata o inciso I deste artigo será definida pelo Presidente da FCTC e pelo Secretário Municipal da Fazenda, que anunciarão os valores destinados ao FMC depois de publicada a Lei Orçamentária Anual relativa a cada exercício financeiro.

§ 2º Os recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura serão destinados a:

- I – políticas, programas, projetos e ações previstas no Plano Municipal de Cultura, e
- II – para o financiamento de projetos culturais da sociedade escolhidos por meio de seleção pública.

Art. 3º Os recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC, serão destinados a projetos de natureza cultural que atendam aos objetivos previstos no art. 1º e se enquadrem em, pelo menos, uma das seguintes áreas culturais:

- I - artes Visuais;
- II - audiovisual;
- III - design e moda;
- IV - artesanato;
- V - música;
- VI - dança;
- VII - artes cênicas;
- VIII - cultura popular;
- IX – arquitetura, urbanismo e patrimônio cultural;
- X - povos tradicionais;
- XI - agentes culturais, trabalhadores da cultura e produtores culturais;
- XII - instituições culturais não-governamentais;
- XIII - fotografia;
- XIV - livro, leitura e literatura;
- XV - gastronomia.

§ 1º Somente serão beneficiados por recursos do FMC os projetos culturais que visem à exibição, à utilização ou à circulação pública de bens culturais e à formação de agentes culturais, ficando vedado benefício a projeto destinado exclusivamente a circuitos sem acesso público ou coleções particulares.

§ 2º Os projetos culturais beneficiados deverão utilizar, prioritariamente, recursos naturais, humanos, materiais e técnicos pernambucanos.

§ 3º Os projetos culturais de cinema e vídeo de que trata a alínea (b) que recebam recursos do FMC deverão disponibilizar, no mínimo, 01(uma) cópia com legenda em português, para atender aos deficientes auditivos.

§ 4º Para serem beneficiados com os incentivos e os estímulos de que trata esta Lei, o proponente deverá estar em situação regular perante os órgãos públicos competentes.

§ 5º É vedada a apresentação de projeto por pessoas jurídicas de direito privado, em cujo CNPJ não conste o exercício de atividade na área cultural.

§ 6º É vedada a aplicação de recursos do FMC em projetos de aquisição de bens moveis e imóveis, em despesas de capital, e em custeio da máquina pública.

Art. 4º O Fundo Municipal de Cultura será gerido pela Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru.

§ 1º Os projetos culturais apresentados serão analisados e selecionados pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, constituída de forma tripartite e isonômica, por representantes de órgãos e de entidades do Poder Executivo, de instituições culturais, de ensino e pesquisa, e de entidades representativas de artistas e produtores culturais, composta por 5 (cinco) membros da sociedade civil e 5 (cinco) membros do governo municipal.

§ 2º Além dos 10 (dez) membros previstos no §1º, compõe a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, o Presidente da Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru como membro nato, na qualidade de Presidente, com direito a voto apenas em caso de empate, sendo substituído em sua ausência ou impedimento pelo Vice-Presidente da Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru.

§ 3º Dentre os representantes de artistas e produtores culturais na Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, 01(um) será indicado pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais, na forma definida pelo referido Conselho.

§ 4º Compete à Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC:

- I – Analisar e selecionar os projetos culturais submetidos ao FMC;
- II – Definir os valores a serem destinados aos projetos aprovados;
- III – Atestar a execução dos projetos culturais;
- IV – Aprovar a prestação de contas dos projetos culturais.

§ 5º A Secretaria-Executiva da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC é exercida pela Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru, composta por três funcionários públicos indicados pelo presidente da FCTC, que cuidarão dos despachos necessários ao bom funcionamento da CMIC.

§ 6º A Secretaria-Executiva da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura encaminhará anualmente ao Conselho Municipal de Políticas Culturais e à Câmara dos Vereadores relatório anual conforme determina o art. 13º desta Lei.

§ 7º O Poder Executivo, mediante decreto, disporá sobre:

- I – a distribuição proporcional dos recursos do FMC entre as áreas culturais de que trata o Art.3º, conforme a prioridade de cada um deles em face da política cultural do Município, e
- II – a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC:
 - a) Critérios de escolha e mandato de seus integrantes;
 - b) Periodicidade e forma de convocação das suas reuniões, bem como o quórum mínimo para a sua realização;
 - c) Criação e funcionamento de grupos temáticos de assessoramento técnico; e
 - d) Outros pontos necessários ao seu bom funcionamento.

III – projetos culturais a serem apresentados ao FMC, para efeito de obtenção de recursos:

- a) pré-requisitos e documentos necessários; e
- b) vedações.

§ 8º Caso a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC não complete sua composição em até 30 (trinta) dias após a última designação, seus membros apresentarão lista tríplice para cada vaga, para fins de escolha pelo (a) Prefeito(a).

§ 9º A participação dos membros da sociedade civil na Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC será remunerada pelo valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) por sessão de que o membro efetivamente participe, observando-se o limite de 01 (uma) sessão por mês, podendo haver mais 01 (uma) sessão extraordinária.

Art. 5º O Poder Executivo, mediante decreto, definirá anualmente, com base na dotação e disponibilidade orçamentária, certificada pela Secretaria da Fazenda, o valor destinado ao Fundo Municipal de Cultura – FMC, para concessão de apoio financeiro através de editais para escolha de projetos culturais da sociedade.

Art. 6º Aplicar-se-ão ao FMC as normas de controle, prestação e tomada de contas pelos órgãos de controle interno da Prefeitura Municipal de Caruaru, sem prejuízo da competência específica do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 7º Os editais, as chamadas públicas e os respectivos resultados finais das seleções de projetos culturais apoiados pelo Fundo Municipal de Cultura serão apresentados ao Conselho Municipal de Políticas Culturais para conhecimento, antes de suas publicações.

Art. 8º Ao término de cada projeto, a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura efetuará uma avaliação final de forma a verificar a fiel aplicação dos recursos, observando as normas, os prazos e procedimentos definidos no regulamento desta Lei.

§ 1º A não prestação de contas implica as sanções previstas nesta Lei, sem prejuízo das demais disposições legais.

§ 2º Em todas as fases do processo, o Proponente terá direito à defesa de seu projeto, de sua prestação de contas e da interposição dos recursos compatíveis.

§ 3º A Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru publicará e distribuirá manual de instrução e procedimentos que esclareça todas as fases compreendidas desde a elaboração do projeto até a sua prestação de contas.

§ 4º A Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru disponibilizará em seu site as informações sobre o Fundo Municipal de Cultura.

Art. 9º A prestação de contas relativa aos recursos do FMC, a ser apresentada à Comissão Municipal de Incentivo à Cultura nos termos da legislação pertinente, será de responsabilidade do proponente.

§ 1º Enquanto a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura não se pronunciar acerca de sua regularidade, a entrega da prestação de contas de acordo com as normas e prazos, permitirá que o proponente continue a execução do projeto em andamento e apresente novos projetos.

§ 2º O prazo para a manifestação da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura será de 90 (noventa) dias, a contar do protocolo da prestação de contas.

Art. 10. Nos produtos finais dos projetos incentivados na forma desta Lei, deve constar a divulgação do apoio institucional da Prefeitura de Caruaru, da Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru, e do Fundo Municipal de Cultura.

§ 1º A não inserção ou a aposição das marcas do apoio institucional em desacordo com as disposições regulamentares inabilitará o proponente à obtenção de incentivos do Fundo Municipal de Cultura, pelo prazo de 01 (um) ano.

§ 2º A proposição e a aplicação da penalidade de multa serão efetivadas pela Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru, observando, quanto ao processo administrativo correspondente, o disposto na legislação municipal pertinente, inclusive no que diz respeito à inscrição do débito na Dívida Ativa Municipal, no caso de inadimplemento.

§ 3º No caso de o proponente do Fundo Municipal de Cultura não realizar o projeto, e não utilizar os recursos destinados ao mesmo até a data final para entrega da prestação de contas, deverá devolver a totalidade dos recursos, acrescido de atualização monetária, sob pena de constituição do crédito e inscrição em dívida ativa.

§ 4º No caso de o proponente do Fundo Municipal de Cultura não realizar efetivamente o seu projeto cultural, além das sanções penais cabíveis, será multado em 02 (duas) vezes o valor do benefício utilizado indevidamente, acrescido de juros de 1% a.m. (um por cento ao mês) desde a data da utilização indevida até o seu efetivo pagamento, sob pena de constituição do crédito e inscrição em dívida ativa.

§ 5º O proponente que descumprir as regras estabelecidas nesta Lei, enquanto não tiver a execução do seu projeto atestada e a respectiva prestação de contas aprovada pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura, ficará impedido de participar do FMC, além de ter:

- I – suspensão a análise de todos os seus projetos em tramitação no FMC;
- II – suspensão a liberação de recursos para projetos já aprovados, cuja execução ainda não foi iniciada; e
- III – recusados seus novos projetos.

§ 6º Quando as situações previstas neste artigo forem regularizadas perante a Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru, o proponente poderá voltar a participar do FMC.

Art. 11. Cada proponente poderá ter aprovado, no máximo, 02 (dois) projetos por exercício financeiro.

Art. 12. A Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru enviará ao Conselho Municipal de Políticas Culturais e Câmara dos Vereadores de Caruaru relatório anual, com as seguintes informações relativas ao FMC:

I – Demonstrativo contábil informando:

- a) Recursos arrecadados/recebidos no período;
- b) Recursos disponíveis;
- c) Recursos utilizados no período; e
- d) Relação das empresas que contribuíram com recursos próprios para o SMFC;

II – Relatório discriminado contendo:

- a) Número de projetos culturais beneficiados;
- b) Objeto e valores de cada um dos projetos beneficiados;
- c) Responsáveis pelos projetos; e
- d) Número de empregos diretos e indiretos previstos.

Art. 13. O Cadastro Cultural de Caruaru consiste no registro de informações de natureza cultural sobre as pessoas físicas e jurídicas, sediadas nesta cidade e será administrado pela Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru.

Art. 14. Os casos omissos serão deliberados e julgados pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura.

Art. 15. Fica revogada a Lei Municipal 4.218, de 20 de junho de 2003.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jaime Nejaim, 12 de dezembro de 2017; 195º da Independência; 129º da República.

RAQUEL LYRA
Prefeita

